




ATA DA 49ª (QUADRAGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º (PRIMEIRO) PERÍODO LEGISLATIVO DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN.

Sessão realizada aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e quatro minutos, no Plenário Doutor Mário Medeiros, sob a presidência do parlamentar Wolney Freitas de Azevedo França, com os trabalhos do 1º vice-presidente Michael Borges de Souza, do 1º secretário interino Eder Rodrigues de Queiroz e da 2ª secretária Ana Carolina Carvalho de Lima Pires. Verificando-se inicialmente a presença dos (as) parlamentares Fativan Alves Moura de Paiva, Irani Guedes de Medeiros, José Afrânio Bezerra da Silva, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, além da Mesa Diretora, foi alcançado o quórum mínimo exigido regimentalmente. O presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo parnamirinoense, declarou aberta a Sessão Ordinária, convidando o vereador Afrânio Bezerra para fazer a leitura da mensagem bíblica, no livro de Romanos, capítulo 8, versículo 6. O presidente solicitou a 2ª secretária a leitura da ata da 28ª (vigésima oitava) Sessão Ordinária, realizada no dia 11 de abril de 2024. O presidente agradeceu a 2ª secretária e iniciou a discussão e votação da citada ata. Em seguida, foi aprovada em única discussão e única votação pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, a Presidência solicitou ao 1º secretário interino a leitura das correspondências e das proposições no **expediente**, que constou de: Projeto de Lei Complementar n. 021/2024 - "altera o art. 12 da Lei Complementar n. 249/2023 que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários e não tributários" (autoria: Poder Executivo Municipal); Projeto de Lei n. 084/2024 - "dispõe sobre o Programa de Prevenção e Combate à Dengue institui o método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico de combate ao mosquito *Aedes aegypt*, transmissor da dengue e de outras doenças, no âmbito do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador César Augusto de Paiva Maia); Requerimento Legislativo n. 069/2024 - "vem requerer, ouvido o Plenário, autorização para



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação

Data: 07/08/2024


1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão

Data: 07/08/2024


1º Secretário



realização de uma Sessão Solene em alusão ao Dia Municipal do Pastor Evangélico, instituído pela Lei Ordinária n. 2.259/2022" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Lindovaildo Soares de Azevedo); Requerimento Legislativo n. 070/2024 - "requer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar os contratos firmados pela Secretaria de Educação do nosso município" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos - subscrevem: Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, César Augusto de Paiva Maia, Eder Rodrigues de Queiros, Fativan Alves Moura de Paiva e Hamilton Rademaker Pereira); Requerimento Legislativo n. 071/2024 - "Sessão Solene em homenagem aos karatecas do município de Parnamirim" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Diego Américo de Carvalho); Requerimento Legislativo n. 072/2024 - "requer que o Projeto de Lei n. 74/2024 que "dispõe sobre a vedação de acesso a cargos de provimento em comissão de chefia, direção ou assessoramento, no âmbito do município de Parnamirim/RN, de pessoa condenada por prática de assédio moral" tenha sua tramitação em regime de urgência" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Michael Borges de Souza); Requerimento Legislativo n. 073/2024 - "requer, ouvido o Plenário, autorização para que o projeto: Projeto de Lei Complementar n. 021/2024 - "altera o art. 12 da Lei Complementar n. 249/2023 que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários e não tributários" (autoria: Poder Executivo Municipal) tenha sua tramitação em regime de urgência" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora); Moção de Congratulação n. 07/2024 - "em comemoração aos 79 anos do Potiguar Esporte Clube" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Gustavo Negócio de Freitas); Moção de Congratulação n. 013/2024 - "em alusão ao Dia da Segurança Pública, a todos os profissionais e órgãos que atuam na área, em reconhecimento pelo trabalho que desempenham fazendo a segurança pública do nosso município" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Lindovaildo Soares de Azevedo); Moção de Congratulação n. 014/2024 - "às Assembleias de Deus no Brasil, em face de seu aniversário de 113 anos de fundação, vivendo e propagando a palavra de deus no âmbito do nosso município e do estado do Rio Grande do Norte" (autoria: Poder





Legislativo Municipal - vereador Lindovaildo Soares de Azevedo); Indicações ns. 971/2024 e 998/2024, de autoria do vereador César Augusto de Paiva Maia; Indicações ns. 990/2024 e 991/2024, de autoria do vereador Eder Rodrigues de Queiroz; Indicação n. 946/2024, de autoria do vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira; Indicações ns. 980/2024 e 981/2024, de autoria do vereador Hamilton Rademacker Pereira; Indicações ns. 992/2024 e 977/2024, de autoria do vereador Irani Guedes de Medeiros; Indicações ns. 974/2024 e 975/2024, de autoria do vereador José Afrânio Bezerra da Silva; Indicações ns. 1003/2024 e 1004/2024, de autoria do vereador Leonardo Lima da Costa; Indicações ns. 967/2024 e 993/2024, de autoria do vereador Michael Borges de Souza; Indicações ns. 984/2024 e 985/2024, de autoria da vereadora Rhalessa Cledylane Freire dos Santos; Indicações ns. 989/2024 e 995/2024, de autoria do vereador Thiago Fernandes da Silva; Indicação n. 994/2024, de autoria do vereador Wolney Freitas de Azevedo França; Ofício n. 197/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal. O 1º secretário interino informou que o expediente foi lido. O presidente agradeceu ao 1º secretário interino a leitura do expediente e abriu as inscrições para uso da tribuna, que teve como oradores inscritos os (as) vereadores (as): César Maia, Gabriel César, Michael Borges e Fativan Alves. Em seguida, o presidente convidou o vereador César Maia para ocupar a tribuna. O tribuno iniciou seu pronunciamento discursando, mais uma vez, sobre os alagamentos na cidade de Parnamirim, o que novamente gerou aflição e sofrimento, especialmente no bairro de Santos Reis e Monte Castelo, na região do Cemitério São Sebastião. Lembrou que Parnamirim dispõe de um recurso de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais), para fazer as obras de drenagem e, mesmo assim, não há solução para os problemas. Também mencionou o bairro de Parque das Orquídeas, onde a lagoa de captação está sem bomba, perguntando onde estão as bombas, já que houve um contrato da Semsur - Secretaria de Serviços Urbanos para compra e manutenção destes equipamentos. Posto isto, concluiu que esse é o reflexo da administração, questionando onde estão empregados os recursos do Finisa. Informou que a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira solicitou uma auditoria no contrato do Finisa e, para sua tristeza, a prefeitura





executou, até maio, pouco mais de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dos R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) que o município dispõe. Explicou que, para acessar o recurso, só precisa ir à Caixa Econômica Federal - CEF e mostrar o projeto para o dinheiro ser liberado. Lembrou que está pautado a Audiência Pública para discutir os alagamentos da região do cemitério, sendo triste saber que esse problema até hoje não foi solucionado, mesmo com recurso disponível; que a solução não depende dele, e sim do Poder Executivo. Em aparte, o vereador Eder Queiroz disse que o entristece ver os nítidos problemas no período chuvoso, além das obras. Citou o exemplo da cidade de Mossoró, que já utilizou mais da metade do dinheiro do Finisa. Nesta cidade, há uma comissão multidisciplinar, com profissionais formados pela UFERSA - Universidade Federal Rural do Semiárido para "destravar" os recursos. Com isto, os projetos estão em QR-Code, com várias obras sendo realizadas, como ampliação de pontes, anel viário e reforma em hospital. Finalizou seu aparte afirmando que o recurso aqui está travado porque não há prestação de contas junto a CEF. O tribuno comentou que os prefeitos mais bem avaliados, como o de Recife e Mossoró, tiveram, no início de seus mandatos, a aquisição dos mesmos recursos de Parnamirim. Explicou que o objetivo do empréstimo não é só para obras, mas também fazer economia e modernização da máquina pública, como por exemplo, a modernização da Secretaria de Tributação e da Secretaria de Meio Ambiente. Expôs que o recurso do Finisa está sendo usado para comprar veículos em Parnamirim, no ano de 2022, no valor de quase R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Questionou onde estão estes 4 (quatro) veículos e para qual finalidade. Além disso, chegou nesta Casa, sob regime de urgência, um novo projeto de lei para modificar o projeto do Finisa para que praticamente todo o recurso seja destinado apenas para as obras de pavimentação e drenagem, totalizando mais de R\$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais). Além disso, quase R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) está destinado apenas para 1 (um) projeto de drenagem. Isto posto, concluiu que o Finisa está perdendo o objetivo. Lembrou que, à época, votou a favor porque acreditava que Parnamirim iria virar um canteiro de obras. Solicitou informações ao Poder Executivo, entretanto, não forneceram. Sendo assim, irá judicializar porque já





está indo ao 4º ano que adquiriram o empréstimo, e nada foi feito. Em aparte, o vereador Marquinhos da Climep disse que nesta manhã estava na lagoa Antônio Pontes, que está transbordando. Do mesmo modo, em Santa Tereza. Refletiu que no momento da aprovação do recurso os vereadores estavam confiantes, contudo, ao passar dos anos, os problemas continuam os mesmos. Afirmou que as obras de drenagem precisam ser concluídas com urgência, para que a população não fique no desespero. Finalizou seu aparte solicitando urgência para passar a motoniveladora onde precisa. O tribuno, vereador César Maia, expôs que, em consulta ao Tesouro Nacional, através do indicador de Capacidade de Pagamento - CAPAG, o município de Parnamirim possui dificuldades de cumprir o artigo 167-A da Constituição Federal, que obriga os entes federados a comprometerem no máximo 95% (noventa e cinco por cento) de sua receita com despesas correntes. Segundo a conclusão do Tesouro Nacional, o município de Parnamirim é conceito C para os critérios e já compromete mais de 98,21% (noventa e oito inteiros e vinte e um centésimos por cento) da sua capacidade de pagamento. Portanto, está em má situação fiscal e não pode obter nenhuma nova linha de financiamento que se precise de recursos como garantia da união. Essas informações, segundo o vereador, diferem das informações dadas pelo secretário Giovani Júnior à época da aquisição do empréstimo, em que dizia que Parnamirim era categoria A, e que podia, portanto, se endividar. O tribuno concluiu que, se for verdade, cometeram um crime, além de terem mentido nesta Casa Legislativa. Citou o exemplo do Parque Esportivo que sequer consultaram o ex-secretário de esportes, Vinícius Barros. Ademais, já foi utilizado mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), mas só tem o muro feito. Inclusive, a concessão do local é de apenas dez anos, e se porventura, o comandante não quiser mais renovar, Parnamirim não terá o que fazer. Em aparte, o vereador Michael Borges comentou que no bairro Nova Esperança, na rua Raimundo Roberto Souza Freire, uma moradora teve seu carro completamente submerso na água, em um declive. E assim acontece com vários moradores da região. Apontou que o secretário de obras havia se comprometido em dar andamento a obra, junto aos moradores. Além disso, a aprovação do Finisa também foi para esse objetivo. Confessou





que espera dos candidatos a prefeito do município, o compromisso pelo menos com os principais acessos do município. Concluiu que as obras estão todas pela metade e precisam ser concluídas, porque os munícipes cobram dos vereadores. Encerrou seu aparte com a seguinte frase: "Se tem o dinheiro em caixa e o projeto feito, questionou o que falta". O vereador César Maia, sobre Nova Esperança, disse que a moradia se tornará inviável. De igual modo, questionou o que falta. Em aparte, a vereadora Fativan Alves afirmou que o tema é gravíssimo porque quem pagará pelo empréstimo é a população. Relatou as obras que seriam feitas inicialmente com o recurso e recordou que, no momento da solicitação do empréstimo, a saúde e a educação estavam um "terror". Sendo assim, ela pediu, à época, um remanejamento deste recurso para as áreas citadas, o que não foi aceito, fato que a fez votar contra o empréstimo. Para ela, é uma pena não estar presente o líder do governo para ver hoje o motivo pelo qual ela votou contra. Questionou onde está, no projeto do empréstimo, a indicação da compra de carros, apontando que todos esses fatos precisam ser denunciados ao Ministério Público e em todas as esferas. Disse que a fala do vereador Michael Borges só confirma que os vereadores foram enganados pelo grupo político. Por fim, indagou onde estão as obras, diante dos desastres pelos quais passam a população e parabenizou o tribuno pelo tema. O vereador César Maia disse que os fatos trazidos são graves, mas gravíssimos serão os próximos fatos que trará a esta Casa Legislativa, como compras de terrenos. Em aparte, o vereador Thiago Fernandes expressou ser angustiante essa situação e a não utilização dos recursos porque até agora nada foi feito, citando algumas localidades, como o Parque das Nações. Nesta região, segundo o vereador, falta tudo em equipamentos públicos. Assim como os demais edis, acreditou que de fato as obras aconteceriam, mas não é o que se vê. Lembrou que no centro da cidade nada foi feito. Pontuou sobre a avenida Olavo Montenegro que está intransitável e que piorou com a colocação das lombadas. Finalizou seu aparte afirmando que tudo isso necessita ser cobrado em todas as esferas. O vereador César Maia reafirmou que o prefeito dispõe de recursos para obras de drenagem, mas está sendo utilizado de uma forma obscura e nem mesmo os vereadores que compõem a base sabem como está sendo a





execução desse recurso. Em aparte, a vereadora Rhalessa de Clênio começou sua fala fazendo um comparativo com a história de Pinóquio, disse que ninguém mais aceita um governo negligente, de mentiras e caos. Posto isto, informou que no dia seguinte haverá a votação da matéria da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da educação. Sugeriu fazer o mesmo com o financiamento. Expôs que o recurso está sendo empregado apenas em recapeamento, sugerindo que seja verificado os fiscais destes contratos que, para ela, são os "afilhados" da gestão. Observou que a urgência no pedido de tramitação do projeto é para fins eleitorais e politiqueiros, o que deve ser observado pela comissão. Explicou que toda vez que há pedido de alteração no projeto inicial, deve ser apresentado também à CEF, caso contrário, estão agindo de má fé. Sendo assim, deve haver uma Audiência Pública e serem acionados os órgãos de controle e fiscalização a nível estadual e federal. Por fim, disse ser inaceitável essa situação e colocou-se à disposição. O vereador César Maia, como presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, requereu a Audiência Pública para tratar do Finisa e do Projeto de Lei n. 040/2024. Por fim, esclareceu que o prefeito quer responsabilizar esta Casa Legislativa pela não execução dos recursos. Entretanto, desde 2021 que o recurso está à disposição da prefeitura e não executam as obras por falta de gestão pública, além de não haver nem projetos. O presidente Wolney França convidou o vereador Gabriel César para ocupar a tribuna. O tribuno iniciou seu pronunciamento falando sobre a estrada para Japecanga, que é uma rodovia estadual (RN-316). Lembrou que foram feitos pedidos e ofícios ao DER - Departamento de Estrada e Rodagens para que fizessem um recapeamento no local, mas até agora não o fizeram. Com isso, abriu uma cratera. De igual modo, as avenidas Maria Lacerda e Olavo Montenegro sofrem os mesmos problemas. Questionou o porquê que o citado departamento não atende às solicitações de Parnamirim. Sugeriu um entendimento entre os governos estadual e municipal para municipalizar essas rodovias. Disse que também recebe várias demandas sobre os transtornos causados pela chuva. Neste momento, se solidarizou com a família do secretário adjunto da Semsur, Klebe Dantas, que faleceu. À Semsur e ao Governo do Estado pediu providências. Relembrou a destinação das emendas através de





seu mandato e do mandato da vereadora Carol Pires para a realização da Marcha para Jesus, que ocorreu no último dia 30, e encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos os envolvidos no citado evento. O presidente Wolney França convidou o vereador Michael Borges para ocupar a tribuna. O tribuno iniciou seu pronunciamento cumprimentando os profissionais da Assistência Social, presentes em Plenário. Recordou o lamentável episódio ocorrido nesta Casa Legislativa na semana anterior. No momento em que ele debatia o tema do Assédio Moral, a Sessão foi interrompida por pessoas que, "não conseguem atacar o argumento e atacam o argumentador", afirmou. Também afirmou que há que se primar para que esta Casa permaneça sendo a Casa do debate democrático, independente das ideias. Disse que isso não pode voltar a acontecer e sugeriu ser criado um protocolo de segurança para estes casos. Dito isto, agradeceu aos veículos de imprensa, as moções, ao Blog Politicando, ao presidente Wolney França e ao Conselho Municipal de Saúde, citando o conjunto de instituições que assinaram a moção. Sobre o ocorrido, prestou queixa e que a justiça dará conta de averiguar os fatos. Esclareceu que há sim denúncias formais de práticas de assédio moral assinado por vários profissionais, além de ata do conselho, deixando claro que essa discussão não é personalista. Reafirmou que a estratégia de personalizar é uma estratégia para acabar com a luta. Esta luta não é contra pessoas, mas contra uma prática nociva, o assédio moral. Assegurou que este movimento contra a luta do assédio moral é em razão do Projeto de Lei n. 074/2024, de autoria dele, que garante que quem for condenado por prática de assédio moral, com direito a ampla defesa e ao contraditório, fica por cinco anos sem exercer cargo de chefia no município. Aos demais edis, apelou para que todos subscrevam este projeto de lei. Concluiu que todos esses ataques aconteceram porque mexeram em uma estrutura de muito poder, com pessoas ligadas aos maiores caciques políticos da cidade. Pontuou sobre a prática de transformarem o trabalho em currais eleitorais, lembrando que os que dirigem as unidades de saúde são os mesmos que agrediram os vereadores no Plenário. Em aparte, a vereadora Rhalessa de Clênio acrescentou ao tema o assédio sexual, pauta que necessita de atenção. Relatou que tem um adjunto que foi denunciado por práticas de assédio sexual. Disse ser





gravíssimo este fato, mas a gestão abafou o caso. Ao tribuno, solicitou complementar o tema do assédio sexual no projeto de lei que trata do assédio moral para que essas práticas sejam de fato penalizadas. Encerrou seu aparte afirmando que a gestão que passa pano para esse tipo de atitude não merece respeito, e sim repúdio. E como esta Casa vem se posicionando, precisam estar fortalecidos, sem passar pano para ninguém, mas que sejam justos. O tribuno concordou com a aparteante e acredita que a Comissão de Constituição possa fazer a emenda ao projeto. Em aparte, o vereador Gustavo Negócio, de pronto, prestou apoio aos servidores da Assistência Social e, ao vereador Michael Borges, disse que irá subscrever o projeto, concordando com a possível emenda. Finalizou seu aparte lembrando o triste fato ocorrido no Plenário na última quarta-feira, colocando-se à disposição. O tribuno lembrou o fato ocorrido na sessão passada. Em seguida, agradeceu as palavras do vereador Gustavo Negócio e registrou a importância das relações no trabalho. Em aparte, a vereadora Fativan Alves também comentou sobre a falta de entendimento e respeito ocorrido naquela Sessão, dizendo ser inaceitável esse tipo de discussão. Acredita que o papel do legislador é de conciliador e de proporcionar soluções. Por ter vivido uma situação semelhante em uma escola e ter resolvido com o diálogo, sugeriu um entendimento entre as partes. Elogiou o projeto do vereador Michael Borges porque protege quem é assediado. Além disso, houve várias denúncias que não foram apuradas. Encerrou seu aparte afirmando que subscreverá o projeto e colocou-se à disposição. O vereador Michael Borges corrigiu dizendo que o que houve na semana anterior não foi discussão, foi violência, crime e desacato. Explicou que o projeto apazigua todo o debate, pois dá direito a ampla defesa e ao contraditório. Ademais, em nenhum momento pediu demissão de ninguém, porque a demissão só serve para encobrir, pois a prática é demitir o agressor e logo depois o colocam em outra função. Por fim, disse que temos carência de líderes, e esse projeto resolve essa carência. Agradeceu todo o apoio recebido. O presidente informou que a vereadora Fativan Alves adiou sua fala para o dia seguinte. Neste expediente, após a verificação inicial, foi constatada também a presença dos (as) vereadores (as): César Augusto de Paiva Maia, Diego Américo de Carvalho, Gabriel





César de Oliveira Siqueira, Gustavo Negócio de Freitas, Hamilton Rademacker Pereira, Ítalo de Brito Siqueira, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva e Thiago Fernandes da Silva (2º vice-presidente). Ausente o vereador Lindovaildo Soares de Azevedo. O presidente informou que não havia mais oradores inscritos e solicitou aos vereadores o registro da frequência para o início da **ordem do dia**. Verificando a relação de presentes, foi constatado que se encontravam no Plenário desta Casa Legislativa os (as) vereadores (as): Ana Carolina Carvalho de Lima Pires, Diego Américo de Carvalho, Eder Rodrigues de Queiroz, Fativan Alves Moura de Paiva, Gabriel César de Oliveira Siqueira, Gustavo Negócio de Freitas, Hamilton Rademacker Pereira, Irani Guedes de Medeiros, Ítalo de Brito Siqueira, José Afrânio Bezerra da Silva, Leonardo Lima da Costa, Marcos Antônio Gomes da Silva, Michael Borges de Souza, Rhalessa Cledylane Freire dos Santos, Thiago Fernandes da Silva e **Wolney Freitas de Azevedo França**. Atingido o quórum de deliberação exigido, o presidente procedeu à votação das matérias, colocando em única discussão e única votação: Redação Final n. 036/2024 oriunda do Projeto de Lei n. 025/2024 - "institui no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim/RN o Março Azul Marinho destinado à prevenção das verminoses e doenças gastrointestinais em animais" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Michael Borges de Souza) - recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Redação Final n. 049/2024 oriunda do Projeto de Lei n. 061/2024 - "institui a Corrida do Trabalhador no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim/RN" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Michael Borges de Souza) - recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Redação Final n. 050/2024 oriunda do Projeto de Lei n. 062/2024 - "institui no calendário oficial de eventos do município de Parnamirim/RN o Dia Municipal do Missionário Cristão, e dá outras providências" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Lindovaildo Soares de Azevedo) - recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. Em única discussão e única votação: Emenda n. 01/2024 ao Projeto de Lei n. 019/2024 - "altera a redação do art. 4º, do Projeto de Lei n.





019/2024" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final) - recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. Em 1ª (primeira) discussão e 1ª (primeira) votação: Projeto de Lei n. 014/2024 - "dispõe sobre princípios, diretrizes e objetivos de política pública para diagnóstico e tratamento da escoliose em crianças e adolescentes e institui, no calendário oficial do município de Parnamirim o mês 'Junho Verde', visando à conscientização sobre a escoliose" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadores Irani Guedes de Medeiros e Thiago Fernandes da Silva) - em discussão, o vereador Thiago Fernandes explicou que foi uma solicitação dos profissionais que tratam da escoliose diante da demanda, principalmente entre crianças e adolescentes. E se não houver prevenção refletirá de forma mais grave na fase adulta. Sendo assim, algumas ações já estão sendo programadas nas escolas. Pediu voto favorável. Em discussão, o vereador Irani Guedes disse que foi feita uma parceria com um instituto onde um médico-cirurgião de coluna irá doar 10 (dez) consultas médicas a pacientes de Parnamirim. Além disso, outra entidade doará coletes para as crianças que precisarem. Informou que dia 21 de junho haverá uma Audiência Pública com este médico para orientar os profissionais da saúde e educação para detectarem a escoliose ou identificá-la, fazendo o devido encaminhamento. Tentará fazer com que o município contrate este tipo de profissional para atuar no CCPAR, uma vez que os ortopedistas existentes não atuam nesta área. Pediu apoio de todos. Encerradas as discussões, o Projeto de Lei n. 014/2024 recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Projeto de Lei n. 019/2024 - "reconhece de utilidade pública o Núcleo do Leite do estado do Rio Grande do Norte (Nuleite)" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Gabriel César de Oliveira Siqueira) - recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. Em única discussão e única votação: Requerimento Legislativo n. 072/2024 - "requer que o Projeto de Lei n. 74/2024 que "dispõe sobre a vedação de acesso a cargos de provimento em comissão de chefia, direção ou assessoramento, no âmbito do município de Parnamirim/RN, de pessoa





condenada por prática de assédio moral" tenha sua tramitação em regime de urgência" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereador Michael Borges de Souza) - em discussão, o autor pediu que - em nome da justiça e para dar uma resposta à altura ao que aconteceu no Plenário na semana passada - sejam proferidos votos favoráveis, além da subscrição de todos os edis. Encerrada a discussão, o Requerimento Legislativo n. 072/2024 recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Requerimento Legislativo n. 073/2024 - "requer, ouvido o Plenário, autorização para que o projeto: Projeto de Lei Complementar n. 021/2024 - "altera o art. 12 da Lei Complementar n. 249/2023 que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários e não tributários" (autoria: Poder Executivo Municipal) tenha sua tramitação em regime de urgência" (autoria: Poder Legislativo Municipal - Mesa Diretora) - o presidente explicou que está sendo solicitada a urgência na tramitação do projeto de lei do REFIS. Em seguida, o requerimento recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada; Moção de Congratulação n. 012/2024 - "ao bairro Nova Parnamirim pelos 35 (trinta e cinco) anos de criação do bairro" (autoria: Poder Legislativo Municipal - vereadora Ana Carolina Carvalho de Lima Pires) - recebeu 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto desfavorável e nenhuma abstenção - proposição aprovada. Encerradas as deliberações, foi constatada a ausência do vereador César Augusto de Paiva Maia. Restou faltoso o vereador Lindovaildo Soares de Azevedo. Nada mais havendo a tratar, o presidente Wolney França declarou encerrados os trabalhos às dez horas e quarenta e três minutos, convocando outra Sessão para o dia seguinte, quarta-feira, 5 de junho, em horário regimental. Para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.






CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO


WOLNEY FREITAS DE AZEVEDO FRANÇA
Presidente


MICHAEL BORGES DE SOUZA
1º Vice-Presidente


THIAGO FERNANDES DA SILVA
2º Vice-Presidente


EDER RODRIGUES DE QUEIROZ
1º Secretário interino


ANA CAROLINA CARVALHO DE LIMA PIRES
2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

Câmara Municipal de Parnamirim
Avenida Castor Vieira Régis, s/n
Bairro Cohabinal.
Parnamirim/RN

Site: www.parnamirim.leg.br
Facebook.com/camaramunicipaldeparnamirim
Instagram/camaraparnamirim
Telefones: 84 3645-7090


CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Mesa Diretora
Lido na Sessão

Data: 07/08/2024


1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE FAR...
Mesa Diretora
Aprovado na Sessão
Única Votação

Data: 07/08/2024


1º Secretário